

Mudança no Âmbito da Atividade Canavieira nos Principais Municípios Produtores do Estado de Pernambuco





ISSN 1678-1953

Outubro, 2007

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 117

Mudança no Âmbito da Atividade Canavieira nos Principais Municípios Produtores do Estado de Pernambuco

Manuel Alberto Gutiérrez Cuenca
Diego Costa Mandarino

Aracaju, SE
2007

Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br>

Embrapa Tabuleiros Costeiros
Av. Beira Mar, 3250, Aracaju, SE, CEP 49025-040
Caixa Postal 44
Fone: (79) 4009-1300
Fax: (79) 4009-1369
www.cpatc.embrapa.br
sac@cpatc.embrapa.br

Comitê Local de Publicações

Presidente: Edson Diogo Tavares
Secretária-Executiva: Maria Ester Gonçalves Moura
Membros: Emanuel Richard Carvalho Donald, José Henrique de Albuquerque Rangel, Julio Roberto Araujo de Amorim, Ronaldo Souza Resende, Joana Maria Santos Ferreira

Supervisora editorial: Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues
Normalização bibliográfica: Josete Cunha Melo
Tratamento de ilustrações: Diego Corrêa Alcântara Melo
Editoração eletrônica: Diego Corrêa Alcântara Melo
1ª edição

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Tabuleiros Costeiros

Cuenca, Manuel Alberto Gutiérrez

Mudança no âmbito da atividade canavieira nos principais municípios produtores do Estado de Pernambuco / Manuel Alberto Gutiérrez Cuenca, Diego Costa Mandarin. -- Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007.

19 p. : il. - (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, ISSN 1678-1953; 117).

Disponível em <http://www.cpatc.embrapa.br>

1. Cana-de-açúcar. 2. Agricultura. 3. Pernambuco. 4. Economia Agrícola. I. Mandarin, Diego Costa. II. Título. III. Série.

CDD 633.61

© Embrapa 2007

Autores

Manuel Alberto Gutiérrez Cuenca
Economista, M. Sc. em Economia Rural, Pesquisador da
Embrapa Tabuleiros Costeiros,
Caixa Postal 44, Av. Beira Mar 3250,
Aracaju, SE, CEP 49025-040
E-mail: cuenca@cpatc.embrapa.br

Diego Costa Mandarino
Estudante de Economia da Universidade Federal de
Sergipe, Estagiário da Embrapa Tabuleiros Costeiros
E-mail: mandarino@yahoo.com.br e
mandarino@cpatc.embrapa.br

Sumário

Introdução	7
Resultados e Discussão	12
Conclusões	14
Referências Bibliográficas	14
Anexos	16

Mudança no Âmbito da Atividade Canavieira nos Principais Municípios Produtores do Estado de Pernambuco

Manuel Alberto Gutiérrez Cuenca
Diego Costa Mandarinio

Introdução

A importância da cana-de-açúcar pode ser atribuída à sua múltipla utilização, podendo ser empregada in natura, sob a forma de forragem, para alimentação animal, ou como matéria-prima para a fabricação de rapadura, melado, aguardente, açúcar e álcool.

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, seguido por Índia e Austrália. Na média, 55% da cana-de-açúcar brasileira são transformadas em álcool e 45% em açúcar. Atualmente, planta-se cana-de-açúcar no Centro-Sul e no Norte-Nordeste, o que permite a produção durante o ano todo. A cana-de-açúcar é, por natureza, usina de geração de energia renovável e deverá se tornar a principal fonte de agroenergia, uma vez que cada tonelada tem potencial energético equivalente ao produzido por 1,2 barris de petróleo (Portal Única, 2007).

A cana-de-açúcar no Brasil, atualmente com 4,5 milhões de hectares plantados, ocupa menos de 1% das áreas agriculturáveis, no entanto mostra tendência de crescimento e segundo a terceira estimativa da safra agrícola 2007, realizada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a área plantada com cana deve se expandir em 7% nesse ano, enquanto a produção deve registrar aumento de 7,9% (IBGE, 2007).

A cana-de-açúcar em Pernambuco é plantada, principalmente, na zona da mata,

sendo a Mata Setentrional responsável, em 1990, por 25% da produção e 29% da área estadual, chegando aos 34% e 38%, respectivamente em 2005; a microrregião da Mata Meridional concentrou, em 1990, 47% da produção e 44% da área pernambucana, passando em 2005 a responder por 36% da produção e 33% da área colhida no Estado. O restante da produção tanto em 1990 como em 2005 originou-se nas microrregiões de Suape, Recife, Vitória de Santo Antão e Itamaracá (IBGE, 2007).

A agricultura canavieira foi, desde o século XVI, o setor mais importante da economia colonial, naquela época os portugueses tendo frustradas as aspirações de formação de um império na Índia, iniciaram o processo de colonização tendo na canavieira agrícola para substituir o ciclo extrativista do pau brasil e outras culturas de menor valor (FURTADO, 1959). Houve na época grande investimento de capitais dos comerciantes europeus, principalmente holandeses na atividade agrícola. Os grandes lucros da atividade canavieira chegou inclusive a provocar, em 1580, a invasão holandesa no Nordeste do Brasil, que vieram com o objetivo de proteger os capitais investidos e garantindo os lucros gerados pelo comércio do açúcar (ANDRADE, 2001).

Com a expulsão dos Holandeses, em 1640, houve uma melhoria nas técnicas de produção e na qualidade do produto. As inovações em escala internacional introduzidas no século XIX determinaram a necessidade de modernização da indústria açucareira, dando margem ao programa imperial de implantação de engenhos de maior produção, surgindo também a divisão entre usinas e engenhos centrais. As usinas pertenciam aos antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização e utilizavam mão-de-obra escrava, enquanto que os engenhos centrais eram subsidiados e com garantia de juros de capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto à posse de terras para a cultura da cana e à utilização da mão-de-obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos engenhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais.

Os engenhos centrais instalados em Pernambuco a partir de 1884 tiveram pequena duração. Muitos deles foram vendidos a usineiros, na medida em que aumentavam sua capacidade de produção, foram absorvendo engenhos e outras pequenas e médias usinas chegando a mostrar, maior eficiência produtiva, pois com um menor número de usinas em atividade produziam maior quantidade de

açúcar e de álcool. Esse grupo dominante mantém desde a época colonial, o controle da produção açucareira regional e muitas vezes o controle do estado (ANDRADE, 2001).

A capitania mais importante na época do ciclo da cana era a Capitania de Pernambuco, que pertencia a Duarte Coelho, onde foi implantado o primeiro centro açucareiro do Brasil. As plantações de cana-de-açúcar e os engenhos da Zona da Mata nordestina e do Recôncavo Baiano constituíram o maior pólo açucareiro da colônia, seguido por áreas do Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo (Enciclopédia brasileira, 2007).

Historiadores registram que a partir de 1871, houve uma mudança gradual na agroindústria açucareira em Pernambuco, com a decadência dos antigos engenhos banguês (que produziam um açúcar de cor escura, mascavo) e sua substituição pelos engenhos centrais e usinas. A primeira usina implantada em Pernambuco foi a de São Francisco da Várzea, cuja primeira moagem aconteceu em 1875. Pernambuco já chegou a ter mais de cem usinas. No início da década de 90, no entanto, existiam apenas cerca de 38, algumas, inclusive, encontravam-se paralisadas ou desativadas (ANDRADE, 1989).

Na década de 50, pequenas usinas pernambucanas em crise encerraram as suas atividades, e foi travada uma luta entre três grupos econômicos estaduais: o da Central Barreiros, liderado pelo ex-governador, ex-ministro e ex-vice-presidente da República, Estácio Coimbra; o de Catende, que durante mais de um decênio foi a usina de maior produção de açúcar e álcool do país, liderado por Antônio Ferreira da Costa Azevedo, conhecido pelo apelido de Tenente; e o de José Pessoa de Queiroz, da usina Santa Teresinha, apoiado por uma família de comerciantes e industriais, influente no setor açucareiro, na indústria de fiação e tecelagem e na imprensa (ANDRADE, 2001).

Nos anos 70 o preço do petróleo quadruplicou e o Brasil para reduzir a dependência externa, além de intensificar a pesquisa de petróleo no país, lançou o Proálcool, destinava-se a estimular o cultivo da cana-de-açúcar e estimular a indústria sucroalcooleira para substituir gasolina por álcool, promovendo ao mesmo tempo a produção em série de veículos movidos a álcool. Durante algum tempo o Proálcool dinamizou o agronegócio seja na geração de empregos na agroindústria, Com a criação do Proálcool, as usinas dispuseram de recursos para ampliar as suas atividades industriais, expandindo a cultura da cana-de-

açúcar até por áreas ecologicamente pouco favoráveis. Surgiram destilarias autônomas, desvinculadas de usinas. As destilarias governamentais foram desativadas a fim de fortalecer as atividades de grupos econômicos privados, na safra de 1973-74 estavam em operação apenas 38 usinas pernambucanas, as pequenas e médias usinas haviam sido eliminadas devido à intervenção do governo federal, implantando programas que as modernizaram, abrindo perspectivas para a ampliação de algumas (ANDRADE, 2001).

Paulatinamente o Proálcool foi desmontado e a frota a álcool sofreu drástica redução, tanto pela ausência desses veículos nas linhas de montagem quanto pela conversão de motores para a gasolina. Nos anos 90 com a extinção do IAA o Proálcool o setor açucareiro, enfrentou uma nova e forte crise, algumas usinas e destilarias viveram seus últimos momentos. Algumas delas suspenderam a moagem na safra de 1998-99, como ocorreu com a Central Barreiros, a Nossa Senhora de Lourdes e a Santo André. A crise se agravou devido à inserção do setor sucroalcooleiro no contexto de livre mercado, determinando a liberação do tabelamento dos preços do açúcar e do álcool, houve também, a partir daquele momento, a liberação da exportação desses produtos, outro fator da crise do setor foi a alta redução do número de veículos movidos totalmente a álcool levando o setor sucroalcooleiro a sentir queda significativa nos preços, comprometendo a rentabilidade da cultura que durante vários anos mostrou-se muito rentável em comparação com outras grandes culturas, mas na segunda metade da década de 90, mais especificamente em 1997, o cenário ficou diferente, levando em 1998 a uma retração nos preços na ordem de 37% provocada, em grande parte, pela crise financeira ocorrida nos países da Ásia e que ameaçou todas as economias emergentes, na época as cotações futuras no mercado internacional eram as mais baixas dos últimos onze anos (FNP, 1999).

Pernambuco que já teve, no passado, mais de cem usinas em pleno funcionamento, passou nos anos 90 a possuir apenas 38 algumas, inclusive, encontravam-se paralisadas ou desativadas (ANDRADE, 1989).

Com a crise do setor sucroalcooleiro, as empresas do setor passaram a depender da sua eficiência administrativa e econômica, face à concorrência mais intensa na colocação dos seus produtos finais, o açúcar e o álcool, em mercados mais competitivos, onde certamente as baixas produtividades de alguns produtores nordestinos, fizeram-nos sair do mercado em detrimento de outros do Sudeste e Centro Oeste que souberam adequar-se aos novos rumos do agronegócio,

deslocando também a atividade canavieira pernambucana de alguns municípios para outros nos últimos 15 anos. Isto foi devido a dois principais fatores: o econômico e o natural, o econômico provocado pela falta de capital e de créditos suficientes ou pela transferência de investimentos pra outros setores econômicos e o natural pelos prolongados períodos de seca o fechamento de usinas vem gerando conseqüências negativas pois provoca um forte impacto no desemprego, tanto agrícola como industrial, migrando rumo às cidades gerando miséria e fome nas grandes concentrações de pessoas carentes nos centros urbanos, que muitas vezes caem na marginalização vivendo do produto de furtos ou terminam se prostituindo (ANDRADE, 2001).

A invasão de terras e usinas pelos trabalhadores rurais foi uma saída encontrada pelos agricultores para ficar na região, muitas vezes se da origem a conflitos, pois muitas vezes ao ver-se ameaçados de expulsão e reintegração de posse aos antigos proprietários, depredam instalações industriais como aconteceu na usina Aliança. Quando os trabalhadores se organizam em cooperativas a atividade agrícola e a o aceso ao mercado é muito mais facilitado. O processo de ocupação vem se intensificando, quer quanto ao número de ocupações quer quanto à quantidade de famílias nelas envolvidas. Em 1989 ocorreram apenas três ocupações envolvendo 500 famílias, enquanto em 1997, esta ocorrência foi de 51 ocupações incluindo 8.500 famílias (ANDRADE, 2001).

A situação de penúria que passou o setor sucroalcooleiro melhorou no final dos anos 90, devido às previsões de melhora dos preços e melhoria na competitividade do setor brasileiro e condições de mercado em expansão, previa-se já naquela época que o Brasil deveria expandir sua participação no mercado internacional, que já era de 18%, apesar das barreiras impostas pelos grandes importadores mundiais: Estados Unidos, Japão e União Européia (FNP, 1999).

Nos últimos anos, com a nova alta dos preços do petróleo a situação voltou à existente nos anos 70, a importância da cana-de-açúcar cresceu em todo o mundo. O Brasil tornou-se ainda mais competitivo com a cultura e com o domínio da tecnologia do uso do produto como fonte de energia. O agronegócio passou a ganhar a preferência dos investidores do mundo todo, que vem no Brasil o lugar ideal para a produção de álcool para usar diretamente na nova frota de veículos "totalflex" ou como mistura à gasolina naqueles países interessados em cumprir as determinações de uso de combustíveis menos poluentes em substituição dos atuais.

Esse quadro permite estimar que o incremento dos plantios e da produção terá que continuar aumentando (83%) durante os próximos 10 anos. Grande parte desse aumento será para atender o crescente mercado do Etanol, pois atualmente são exportados 20 bilhões de litros de álcool passando em 2015/16 para os 40 bilhões de litros ano, no mesmo período as exportações brasileiras de açúcar passaram de 20 para 40 milhões de toneladas. Para isso o Brasil vem fazendo grandes investimentos, pois atualmente existem 320 usinas em funcionamento e 90 em construção, estimativas indicam que em 2015/16 pelo menos outras 100 deverão ser instaladas (FNP, 2007).

Para os estudos posteriores sobre o impacto do aumento da área cultivada com cana-de-açúcar na economia e na agricultura brasileira é imprescindível conhecer a realocação intermunicipal nos diferentes Estados produtores do país, que muitas vezes é realizada obedecendo a vocação agrícola e possíveis maiores rendimentos de cada local. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi analisar a importância econômica da cultura e os aspectos conjunturais da canavicultura, assim como a mudança na localização da área colhida e quantidade produzida nos municípios pernambucanos; analisar também a participação de cada um deles nos totais municipais, no período compreendido entre 1990 e 2005 e mostrar as mudanças ocorridas nos parâmetros referentes a essa cultura nos anos de 1990, 1995, 2000 e 2005.

Resultados e Discussão

O Estado de Pernambuco apresentou, em 1990, uma produção de 22,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, respondendo por 32% da produção nordestina e por 9% do total brasileiro. No ano de 2005 esses percentuais caíram para 28% e 4%, respectivamente. Pernambuco ocupou, em 1990 e em 2005, o 2º na região Nordeste e o 5º lugar na produção nacional.

A área colhida com cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco, em 1990, foi de 467.276 ha (Tabela 1). A participação de cada município no total estadual, naquele ano, era da seguinte maneira: 5% localizavam-se nos municípios de Água Preta e Escada; 4%, ficavam em Ipojuca, Rio Formoso, Goiana, Palmares e Itambé. Já os municípios de Sirinhaém, Aliança, Ribeirão, Igarassu, Gameleira, Barreiros, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Timbaúba e Vicência, concentravam 3%, cada um. Analisando a produção de cana-de-açúcar em 1990 no

Estado, observou-se que os municípios de Ipojuca e Escada eram os maiores produtores, registrando, cada um, 6% do total estadual com a cultura, que foi de 22,8 milhões de toneladas. Em seguida aparecem os municípios de Água Preta e Sirinhaém, com participação de 5% cada um; e Ribeirão, Rio Formoso, Igarassu e Palmares, cada um com participação de 4%.

Em 1995, o município que mais se destacou na participação de área colhida com cana-de-açúcar foi Cabo de Santo Agostinho, com 5% de toda a área estadual que naquele ano foi de 417.812 ha (Tabela 2). Os municípios de Itambé, Água Preta, Escada, Moreno, Rio Formoso, Ipojuca e Goiana em seguida, com participação de, cada um. Aliança, Sirinhaém, Timbaúba, Itaquitinga, Vicência, Palmares, Barreiros, Gameleira, Ribeirão e Maraial com 3%, cada um. Analisando a produção de cana-de-açúcar no ano de 1995 em Pernambuco, observou-se que o principal produtor passou a ser o município de Itambé, participando com 5% do total produzido no Estado (20,6 milhões de toneladas). Água Preta, Escada, Sirinhaém, Moreno, Rio Formoso, Goiana, Aliança, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca logo após com 4% cada.

Em 2000, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca concentraram os maiores percentuais de participação com área colhida do Estado (6% cada um) (Tabela 3). Itambé, Água Preta e Escada ficaram com 5%, cada um; e Sirinhaém, Moreno e Goiana com 4%, cada um, do total estadual (304.499 ha). Analisando a produção no ano 2000, observou-se que o Estado produziu 15,1 milhões de toneladas. Dentre os municípios com maior participação na produção estadual, pode-se destacar, mais uma vez, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que responderam por 6%, cada um, seguidos por: Itambé, Água Preta e Escada, com 5%, cada um; e Sirinhaém, Moreno e Goiana com 4%, cada um.

Em 2005, a área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar sofreu aumento na maior parte dos municípios (Tabela 4). Os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca continuaram a ser os principais concentradores de área colhida com cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco (6%, cada um), seguidos de Itambé e Goiana com 5%, cada um; e Timbaúba, Moreno, Aliança e Sirinhaém com 4%, cada um. Analisando-se a produção de cana-de-açúcar no ano de 2005 em Pernambuco, percebeu-se que os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca concentraram os maiores percentuais de participação na produção estadual (6%, cada); Itambé veio em seguida, com participação de 5%; e Goiana, Timbaúba, Moreno e Aliança, com 4%, cada.

Conclusões

A região Nordeste e o Estado de Pernambuco, entre 1990 e 2005, apresentaram queda com área colhida e produção de cana-de-açúcar, além de experimentar notória realocação agrícola entre os diversos municípios pernambucanos.

A atividade canavieira no Estado localiza-se, principalmente na microrregião da Zona da mata que respondeu, em 2005, por 70% da produção e área colhida com cana-de-açúcar em Pernambuco.

Observa-se grande destaque para o município de Ipojuca, que se manteve estável na participação com produção de cana-de-açúcar em todos os anos atualizados.

A aptidão agrícola dos diferentes municípios pernambucanos fez com que nos últimos 15 anos as concentrações dos cultivos alterassem sua localização e a origem da produção estadual que tiveram no município de Cabo de Santo Agostinho, seu maior potencial produtivo, fazendo com que esse município ultrapassasse e substituisse outros municípios que em 1990 participavam com grandes percentuais da produção estadual.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: FJN. Ed. Massangana, 1989. 114 p. (República, v.1)

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Estud. av.* vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300020&script=sci_arttext Consultado em jun. 2007.

AGRIANUAL. *Agrianual 1999 – Anuário da Agricultura brasileira*. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio ed. Argos.

AGRIANUAL. *Agrianual 2007 – Anuário da Agricultura brasileira*. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio ed. Argos. Enciclopédia do Brasil – História do Brasil - Cana-de-açúcar no Brasil Disponível em <http://br.geocities.com/vinicrashbr/historia/brasil/canadeacucar.htm> Consultado em fev 2007

FURTADO, Celso Formação econômica do Brasil, 15. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1977. 248 p. (Biblioteca universitária. Série 2.^a Ciências sociais, v. 23)

IBGE. Produção agrícola municipal Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Consultado em jan 2007.

Portal Única. Agroindústria da cana-de-açúcar: alta competitividade canavieira Disponível em http://www.unica.com.br/pages/agroindustria_alta.asp Consultado em fev 2007

Souza A. L. C. de. Uso do excel e do crystal ball predictor para análise e previsão de preços de commodities do setor sucroalcooleiro Universidade Federal de Itajubá, Instituto de Produção e Gestão – Disponível em www.epr.unifei.edu.br/TD/producao2005/PDF/Alana_Luiza.pdf Consultado em jun 2007.

Anexos

Tabela 1 - Área colhida e quantidade produzida nos municípios pernambucanos no ano de 1990.

Municípios	1990	
	Área colhida (ha)	Produção (t)
Ipojuca	20.090	1.366.120
Escada	22.580	1.264.480
Água Preta	25.200	1.209.600
Sirinhaém	16.280	1.123.320
Ribeirão	15.320	965.160
Rio Formoso	20.000	960.000
Igarassu	15.000	930.000
Palmares	18.400	900.000
Goiana	19.000	760.000
Aliança	15.500	697.500
Itambé	17.000	680.000
Gameleira	14.250	641.250
Barreiros	12.800	616.960
Moreno	12.000	576.000
Jaboatão dos Guararapes	12.000	540.000
Timbaúba	12.000	540.000
Vicência	12.000	540.000
Amaraji	8.310	473.100
Maraial	11.000	473.000
Primavera	7.110	412.380
Itaquitinga	10.000	400.000
Pombos	7.600	380.000
Vitória de Santo Antão	7.400	370.000
Joaquim Nabuco	6.500	357.500
Quipapá	7.800	335.400
Nazaré da Mata	8.300	332.000
Paudalho	7.400	296.000
Tracunhaém	7.400	296.000
Outros municípios	99.036	4.381.930
Total Estadual	467.276	22.817.700

Fonte: IBGE (2007)

Tabela 2 - Área colhida e quantidade produzida nos municípios pernambucanos no ano de 1995.

<i>Municípios</i>	<i>1995</i>	
	<i>Área colhida (ha)</i>	<i>Produção (t)</i>
Itambé	18.000	990.000
Água Preta	18.000	900.000
Escada	18.000	900.000
Sirinhaém	14.200	852.000
Moreno	17.000	850.000
Rio Formoso	16.800	840.000
Goiana	15.000	825.000
Aliança	14.500	797.500
Cabo de Santo Agostinho	19.440	777.600
Ipojuca	15.600	742.560
Timbaúba	12.600	693.000
Itaquitinga	12.000	660.000
Vicência	12.000	660.000
Palmares	12.000	600.000
Barreiros	11.200	560.000
Gameleira	11.000	550.000
Ribeirão	11.000	550.000
Maraial	10.600	530.000
Nazaré da Mata	8.000	440.000
Amaraji	8.100	405.000
Pombos	8.000	400.000
Tracunhaém	8.000	400.000
Igarassu	8.800	396.000
Primavera	8.000	360.000
Vitória de Santo Antão	7.000	350.000
Chã de Alegria	7.000	315.000
Quipapá	5.800	261.000
Buenos Aires	5.000	250.000
Cortês	5.000	250.000
Joaquim Nabuco	5.000	250.000
Jaboatão dos Guararapes	8.000	240.000
Outros municípios	67.172	3.069.954
Total Estadual	417.812	20.664.614

Fonte: IBGE (2007)

Tabela 3 - Área colhida e quantidade produzida nos municípios pernambucanos no ano de 2000.

<i>Municípios</i>	<i>2000</i>	
	<i>Área colhida (ha)</i>	<i>Produção (t)</i>
Cabo de Santo Agostinho	19.090	954.500
Ipojuca	17.430	871.500
Itambé	14.940	776.880
Água Preta	14.525	726.250
Escada	14.000	700.000
Sirinhaém	12.450	647.400
Moreno	12.450	622.500
Goiana	11.122	578.344
Aliança	9.296	474.096
Timbaúba	8.425	438.074
Vicência	7.968	406.368
Igarassu	5.611	392.756
Nazaré da Mata	7.138	371.176
Tracunhaém	6.931	360.386
Vitória de Santo Antão	6.500	357.500
Itaquitinga	6.723	356.319
Gameleira	8.300	332.000
Primavera	6.000	330.000
Chã de Alegria	6.500	325.000
Jaqueira	5.229	313.740
Palmares	5.752	299.099
Maraial	4.150	257.300
Rio Formoso	5.624	253.084
Ribeirão	5.561	250.245
Tamandaré	5.760	241.928
Amaraji	5.000	225.000
Cortês	4.500	225.000
Buenos Aires	4.150	211.650
Pombos	4.000	200.000
Xexéu	3.320	199.200
Lagoa do Itaenga	3.901	195.050
Barreiros	4.814	182.932
Outros municípios	47.339	2.091.311
Total Estadual	304.499	15.166.588

Fonte: IBGE (2007)

Tabela 4 - Área colhida e quantidade produzida nos municípios pernambucanos no ano de 2005.

<i>Municípios</i>	<i>2005</i>	
	<i>Área colhida (ha)</i>	<i>Produção (t)</i>
Cabo de Santo Agostinho	22.000	1.100.000
Ipojuca	21.000	1.050.000
Itambé	19.900	796.000
Goiana	18.000	720.000
Timbaúba	15.500	620.000
Moreno	15.000	750.000
Aliança	15.000	600.000
Sirinhaém	13.800	855.600
Água Preta	12.000	576.000
Vicência	11.300	452.000
Gameleira	10.200	510.000
Escada	9.900	485.100
Ribeirão	9.600	460.800
Jaboatão dos Guararapes	9.500	361.000
Palmares	9.000	405.000
Nazaré da Mata	8.950	358.000
Tracunhaém	8.580	343.200
Rio Formoso	8.500	467.500
Primavera	8.196	409.800
Igarassu	7.776	427.680
Itaquitinga	7.400	296.000
Amaraji	6.640	318.720
Vitória de Santo Antão	6.018	312.936
Paudalho	5.000	300.000
Catende	5.000	210.000
Barreiros	4.800	268.800
São Lourenço da Mata	4.800	240.000
Lagoa do Itaenga	4.700	282.000
Outros municípios	68.962	3.139.082
Total Estadual	367.022	17.115.218

Fonte: IBGE (2007)



Tabuleiros Costeiros

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

